

FAZER E ACONTECER NA ESCOLA – EMPODERAMENTO DA LEI 11645/08, UMA NARRATIVA DECOLONIAL

Genilda Alves Nascimento Melo¹
Célia Jesus dos Santos Silva²
Andreia Quinto dos Santos³
Carlos Alexandre Lima Reis⁴

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo **discutir** a implementação da Lei nº 11645/08 na escola básica, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, a fim de vincular os sujeitos a sua identidade cultural e local; devolver ao jovem e ao adolescente direitos e garantias; emergir a voz de sujeitos que ativamente foram invisibilizados pela história; trabalhar na promoção da paz e do respeito no convívio entre grupos sociais, criando caminho para novas gerações. A **base teórica** sustentada nas ideias de Walter Mignolo (2017), que mostra ser a colonialidade o lado obscuro da modernidade. Através de Fernanda Bragatto (2015) entende-se que algumas pessoas aparecem como mais humanas que outras; Schilke e Eckhardt (2015) convocam a redimensionar as práticas pedagógicas; Fazenda (2015); Nilma Gomes (2018); Walsh, Oliveira e Candau (2018); Petronilha (2018) mostram que a escola tem a responsabilidade diante da Lei e propõem aplicar prática pedagógicas decoloniais. Experiência interdisciplinar realizada com estudantes e professores de Ensino Fundamental e Médio, em um Colégio da Rede Estadual de Ensino, em Itabuna, iniciada em 2007 até a atualidade, envolvendo as três áreas do conhecimento. Trabalho realizado em três etapas: primeiros passos – o sonho de um professor comprometido; a conquista – formação de uma identidade na escola; o empoderamento – a comunidade escolar entendeu o compromisso. A pesquisa foi realizada qualitativamente, orientada em caráter subjetivo, que permite o diálogo e a valorização entre os sujeitos. Os resultados apontam que a prática comprometida de professores pode materializar sonhos políticos pedagógicos e legais.

Palavras chave: Identidade cultural; compromisso político – social; decolonialidade.

1. Introdução

Fazer e acontecer na escola – implementação da Lei 11345/2008, uma narrativa decolonial, tem origem na necessidade de mostrar como o empenho de um profissional em educação pode trazer a materialidade direitos e garantias, ora invisibilizados; saberes plurais obscurecidos no currículo escolar, onde a história, a linguagem e a cultura são pensadas a

¹ Mestrado em Supervisão e Formação de Formadores – Instituto Superior de Ciências Educativas: ISCE-Ramada – PORT; Professora da Escola Básica – SEC -BA-BR; genilda2010@gmail.com.

² Mestrado em Letras - Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus – BR; Professora da Escola Básica: SEC-BA-BR; celiaflorzinha@gmail.com.

³ Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – V. Conquista; BR; andreia.quinto@hotmail.com.

⁴ Graduado em Ciências Sociais- Universidade Estadual de Santa Cruz – Ilhéus – BR; Professor do Instituto Teológico da Assembleia de Deus – Itabuna-BA-BR; reis.carlosalexandrelima@gmail.com.

partir de modelos europeus, a saber: a colonialidade do poder, a colonialidade do saber e a colonialidade do ser, o lado mais obscuro da modernidade. (MIGNOLO, 2017)

A partir da ideia de pensadores pós-coloniais é possível desenvolver uma pedagogia decolonial, em que o interculturalismo faça parte do currículo da educação brasileira, valorizando histórias e culturas que formam a nação brasileira: do negro e do índio. Povos que foram, por longos anos, subalternizados pela repressão da política e do conhecimento. Para Nilma Gomes (2018) é o momento de praticar uma pedagogia crítica de indagação e fazer emergir temas, sujeitos e conhecimentos, legitimando – os no campo de ação, como sujeitos de direitos e produtores de conhecimento, rompendo com as ausências.

Fernanda Bragatto (2015) mostra que é preciso trazer ao reconhecimento povos, culturas e domínios que foram assujeitados, já que todos os indivíduos têm direitos fundamentais, invioláveis, que precisam ser respeitados, independentes da vontade do outro: a vida, a liberdade, a segurança e a felicidade. Por em ação a vigência da Lei 11345/2008 é abrir portas para a liberdade aos “cativos”⁵, aos Condenados da Terra” (FANON, 1968). Assim, o estabelecimento da Lei 10.639/2003, corrigida pela Lei 11345/2008 é a ressignificação da ideia de raça, cor e a desconstrução de pensamento sobre a história do africano e o indígena.

Abertura da base curricular para a história do negro e do índio é um novo giro epistêmico (OLIVEIRA e CANDAU, 2012) em que retira do negro o sonho do embranquecimento para emergir como cultura de uma identidade própria. Catharine Walsh (2018) vê para além do epistemológico e do político. Para ela, a construção dessa Lei pela comunidade escolar é um projeto de vida, que exige conflitos, confrontos e negociações.

Costa e Silva (2014) mostra o tesouro que era a cultura africana, quando foram trazidos como escravos para o Brasil. Mais ainda, por que o Brasil recebeu a cultura do Continente Africano, composto por vários clãs, pois que, para o Brasil “foram trazidos africanos de mais de uma centena de povos diferentes.” (p.21). Em “Um Brasil, muitas Áfricas, ele descreve habilidades dos negros que fizeram com que a colonização do Brasil desse certo. Uns dominavam a arte da metalurgia; outros, técnicas da bateia e escavação das minas; muitos eram peritos em ourivesaria; criadores de gado fora dos estábulos; o cultivo de arroz; a arte tecelã, com a qual vestia os escravos.

A implementação dessa lei no currículo da escola fez emergir essas vozes silenciadas. Um trabalho que será explicitado com o primeiro momento, onde um professor de história

⁵ Sentido de subalternidade, desautorizados

tomou conhecimento da Lei e promoveu grupo de estudos com colegas de sua escola e outras da região; através de um trabalho com os alunos, veio a conquista, em que a comunidade começou a participar, segundo momento da narrativa; por fim, o empoderamento – o projeto da africanidade / indígena faz parte da memória da escola.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Primeiros passos – o sonho de um professor comprometido

Após participar de formação junto a Núcleo Regional de Educação, conhecendo as mudanças propostas pela Lei 10.639/2003, alterada pela Lei 11.245/2008, que preconiza o ensino da História e Cultura Afro – brasileira e Indígena nas escolas de educação básica, brasileiras, das séries iniciais ao ensino médio, o professor de História, Eugenio Domingos da Silva (*in memoriam*) socializou com os colegas na unidade escolar, como ainda buscou autorização da Secretaria de Educação do seu Estado para que fossem utilizados sábados letivos, na formação de demais professores. Com a confirmação do NTE/SEC, o referido profissional criou um núcleo de estudos no auditório da própria escola, em que participaram outros professores de outras unidades escolares, da cidade e da região.

A partir do ano de 2007, esse profissional criou, junto com alguns professores da unidade escolar de lotação dele, um projeto de trabalho que recebeu o nome de “Festival de Rap”. Ele usou a prática como estratégia de ação para constatar, discutir e redimensionar a rotina pedagógica da escola (SCHILKE e ECKHARDT, 2015). O objetivo do projeto era promover atividades artísticas que envolvesse todos os alunos da unidade escolar, nas referidas áreas; de forma que houvesse uma compreensão de que a participação do negro e do índio na formação do povo brasileiro, não deveria ser marcada apenas como uma data no calendário, comemorado um só dia; simbolicamente, com uso de cocar, pinturas no rosto ou desfile. Mas que o estudo transversal perpassasse por várias disciplinas até formar o hábito, daí fixar a identidade negra e indígena na comunidade.

O afimco para que tudo desse certo, fez com que o referido professor conseguisse maioria na participação das disciplinas. Com trabalho interdisciplinar, escola foi movimentada, pois que cada professor, em sua disciplina, fazia abordagem de um aspecto do tema em sua aula. Ivani Fazenda (2015) considera uma atitude de ousadia, a busca pelo conhecimento e o pensar nos aspectos que envolvem a cultura de forma solidária,

comprometida, que precisa ter sentido, intencionalidade e funcionalidade; em que as disciplinas se reúnem em torno de um só objeto.

O trabalho de estudo, pesquisa, organização e encontros para estudo com professores de toda unidade escolar, trouxe a temática da pesquisadora em educação Nilma Gomes (2018). Ela mostra que as tensões promovidas pelos grupos ativistas, promovem a reação das pessoas e as levam a realizar intervenções nas práticas sociais, políticas e pedagógicas. Esse foi o resultado com essa equipe de trabalho na escola básica. Através do estudo, da pesquisa, compreendeu – se a responsabilidade de atuar em uma pedagogia decolonial: um novo pensar, ressignificar as práticas, fazer rupturas epistemológicas.

2.2 A Conquista – formação de uma identidade cultural e local

Frente a um novo modelo de ver a história de um povo, professores e alunos se aplicaram. O projeto teve início com um trabalho específico em cada disciplina voltada para o tema geral: a Lei 10.639/2003. Durante uma unidade, cada disciplina tomou conhecimento e trabalhou um aspecto pertinente. Escolhida a terceira unidade para esta atuação, já que a culminância seria marcada no dia da Consciência Negra. Nilma Gomes (2018) chama a atenção para a conquista do Movimento Negro no Brasil, Lei 12.519/2011, que estabeleceu o Dia de Zumbi e da Consciência Negra.

Durante o mês de outubro havia uma movimentação no sentido de organização. Os professores, em horário de planejamento (Atividade Complementar) organizavam a distribuição das temáticas a serem trabalhadas em cada série e a responsabilidade de um professor para acompanhar cada turma. A produção dos textos também variava de acordo com a série do aluno; assim como as modalidades que deveriam ser apresentadas para o festival.

O primeiro momento da implantação da Lei foi realizado o festival de RAP. Alunos, orientados por professores, produziram canções. Isto contou com escrita em sala de aula, revisão realizada pelo professor, junto ao aluno; posterior inscrição no concurso, que deu direito a premiação. A emoção do professor – coordenador no final do concurso, foi tão intensa que ele, sentou no palco do auditório da escola e chorou.

O aluno vencedor do primeiro lugar era um dos mais rebeldes da escola, parecia um sonho, aquele menino que “não queria nada com estudo”, tivesse produzido aquele Rap. Para os professores que trabalharam e assistiram aquele momento ímpar, foram impactados também. Até hoje, têm na memória aquele momento inusitado na história daquela comunidade. Para Walsh, Oliveira e Candau (2018) a escola tem a responsabilidade de

realizar a politização pedagógica, de forma que haja um diálogo para rediscutir a situação do negro e do índio no país. Com as experiências transformadoras dentro do pensamento da Pedagogia Decolonial.

No ano seguinte, em comum acordo com os professores, mudou -se o nome do Projeto. Agora era Festival de RAP e Canção Negra, devido a diversidade de subtemas trabalhados dentro do tema geral. Não se deixava de lado a problemática indígena, que era apresentada junto com a produção de caráter africano. Outro momento marcante, nessa trajetória, foi no ano de 2009, já se comemorava o III ano de Festival, mas sem a presença do estimado profissional em educação. Mais emocionante e mais doloroso, já que a firme marca de um trabalho tinha sido registrada na comunidade. A organização do festival foi realizada por uma equipe de professores e da coordenação pedagógica da Escola. Para consolo do grupo de professores e coordenação, trouxeram uma homenagem ao grande mestre, com a música “Who Wants to Live Forever” (Quem quer viver para sempre?) do *Queen*. Como ainda, alunos do 3º ano apresentaram slides sobre a vida e participação daquele professor na comunidade escolar.

A exemplo de Zumbi, o professor Eugênio era uma força de espírito presente que alavancou a disposição da comunidade no resgate de valores, convocando todos a batalha:

Figura 1 – Fragmento de poema de autoria do professor Eugênio

Fragmento do Poema: Levanta Negro
“Levanta negro que é hora de lutar,
Passada a dor e o rancor, chegou a
razão,
Agora cabe ao negro ajudar a redimir,
Aos brancos seus erros assumirem,
Políticas de ação afirmativas, reparação,
Compensação para o povo que
construiu essa nação.
Levanta negro que é hora de lutar,
Reescrever a história e assumir o seu
lugar.”

Eugenio Domingos da Silva.

Neste ano, outras modalidades de participação no evento, foram instituídas. Alunos da 5ª série do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos participaram.

Figura 2- Participação da comunidade no Festival de RAP/Canção Negra

PARTICIPAÇÃO NO CONCURSO RAP/CANÇÃO NEGRA -2009

| MODALIDADE | QUANT PARTICIPANTES |
|------------|---------------------|
| Dança | 19 estudantes |
| Grafite | 04 estudantes |
| Poesia | 04 estudantes |

Fonte: Arquivo pessoal

Exposição dos desenhos em grafite sobre a arte negra; recital das poesias também sobre a cultura afroindígena; apresentação das músicas criadas pelos estudantes, sob monitoramento dos professores, foi um espetáculo do emergir de culturas dantes silenciadas, apareciam agora no desempenho dos sujeitos, que rememoravam a sua própria história, registrando a emancipação social daquele grupo. Fim do festival, cada categoria foi premiada nos três primeiros lugares.

2.3 O Empoderamento do estudante como marca da decolonialidade

A Lei 10.639/2003 alterada pela Lei 11.345/2008 chegou através de um mover coletivo, durante o século XX, de negros, índios, profissionais em educação, pesquisadores e outros segmentos interessados em assegurar direitos que foram invisibilizados por mais de 500 anos nesse país, chamado Brasil. Essa norma aportou – se, em o final do século, com uma gigantesca força. Não, por que mudou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96); não, por ser um programa de Ordem Federal; não, por que novos conteúdos serão estudados; ou por que a população negra foi beneficiada; ou ainda por que tem como objetivo reconhecer a história e a cultura de povos, que primeiro habitavam essas terras, outros que chegaram e deram o “sangue” na formação dessa nação. Mas, e, principalmente, o desafio de é uma nova postura de ver o mundo, compreender a vida diante dessas pessoas.

Petronilha Silva (2013) perguntou, aonde chegamos e o que propomos? O Colégio Estadual Sesquicentenário em Itabuna, propôs tensionar a comunidade escolar; trazendo conhecimentos de culturas tidas como populares, mas que apresenta uma riqueza de saberes que, a partir desse momento, dialogarão com muitos outros e comporão o currículo de adolescentes e jovens, assim como de pessoas da Educação de Jovens e Adultos, como forma de emancipação social, na promoção de rupturas epistemológicas (MIGNOLO, 2017). Práticas pedagógicas foram ressignificadas, devolvendo voz aos sujeitos, o que marcou a decolonialidade do pensar jovem, pois como nos convoca Terena,

“Temos que levar adiante as conquistas necessárias para assegura os direitos básicos: direito à vida, à dignidade e o

direito de ser o que somos. Temos que reconhecer e ensinar que os índios e os negros não desapareceram, apesar de todo massacre existente. Não desapareceram por causa da cultura e da espiritualidade. Educar as futuras gerações para que a gente passe, a realmente, construir uma sociedade com mais condições, de a gente poder ter essas diferenças e que elas possam não significar separação e ódio.” (Marcos Terena)

O estudo dos temas indígena e africano passou a fazer parte do currículo da escola, mais ainda, do imaginário de professores e estudantes. Proposição para fazer emergir sujeitos produtores do conhecimento, para dar – lhe a legitimidade a que foi negado a política, direitos e práticas por muitos séculos. A comemoração deixou de ser uma data isolada, mas uma marca. A comunidade vive e pensa em trabalhos que resultam nas manifestações da arte e da cultura afro-brasileiro e indígena. Com o projeto contínuo, é preciso pontuar ainda outro momento deslumbrante: o VII Festival de Rap/Canção Negra. Ano 2013, tema: “Sou negro, esta é a minha identidade!!!”. Com um trabalho interdisciplinar mais alargado e uma organização pedagógica mais elaborada, a música, a dança, os hábitos alimentares, a vestimenta, personalidades negras no Brasil e no mundo, assuntos diversos foram discutidos. Tudo isso foi transformado em um projeto de trabalho que atualmente tem o nome de IHCAI - Intercâmbio de História e Cultura Afro-brasileira e indígena.

Figura 3- A culminância desse trabalho novas modalidades foram apresentadas:



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA REGIONAL- DIREC 07



GOVERNO DA
Bahia
TERRA DE TODOS NÓS

COLÉGIO ESTADUAL SESQUICENTENÁRIO
Portaria – 4.207/2011. D.O de 25.05.11 - Proc. SIIG nº 0070238-2/2010
Cód. SEC – 11.79115 ; INEP – 29304431
Rua Francisco Ferreira da Silva, 76- Fátima – Itabuna-Ba
45.604.030- Fone: 73 3613-9035 / 3612-2885
E-mail- cesciso@gmail.com; www.cesciso2005.blogspot.com

VII FESTIVAL RAP/CANÇÃO NEGRA

TEMA: SOU NEGRO, ESTA É A MINHA IDENTIDADE!

Modalidades: 1) Música inédita sobre o tema; 2) Exposição de Painéis de músicas e ritmos do Brasil (afrodescendentes) e da África; 3) Mostra de Vídeos Inéditos; 4) Dança Afro (Coreografia inédita); 5) Comi das Típicas dos Países Africanos e Herança no Brasil; 6) Desfile da Beleza Negra (Casal com Trajes Típicos Africanos).

Fonte: Doc. CES/CISO/2013

Em cada uma das modalidades teve produção. A importância disto para descolonizar o pensamento do estudante se deve a que, este sujeito foi posto a compreender todo o processo de identidade: nos ritmos, nas cores, nas artes, nos símbolos, nas vestimentas, na alimentação. Nilma Gomes (2018) afirma que a identidade é pessoal, como também política. Contudo, só acontece através de um processo educativo, na compreensão do contexto miscigenado ou do

embranquecimento. A postura política de cada sujeito diante de sua cor de pele: negra que pode considerar embranquecida; ou branca, mas tendo um sentimento de negro nas ações.

Essa grande pesquisadora sobre assuntos negros organiza um debate sob o viés de três saberes. Para ela, os saberes resultantes das lutas emancipatórias podem ser classificados em três: a) Identitário – que traz à discussão novo conceito de raça. Não, como genética, elemento pejorativo e discriminatório, mas como política social de direitos e garantias; b) Políticos – produtores temáticos para adoção de ações afirmativas, daí o surgimento da Lei 10.639/2003; c) Saberes Estéticos – corpóreos – a estética negra como direito a cidadania e a vida, constituição do SER, o que impulsiona a afirmação de identidades.

Na escola, isto foi muito perceptível nas apresentações dos alunos no Festival. O entendimento em se vestir – as cores fortes e bem coloridas; apresentar – se; caracterizar – se, como um traço definido de identidade negra. As pinturas, marcos delineadores; os cabelos crespos soltos e bem cuidados; a marcha, os ritmos musicais; as produções e as linguagens corpóreas nas apresentações. A bem da cultura indígena, grupos também se apresentaram, em menor grau, já que não se tem representantes índios, nessa escola, para delinear uma identidade real, com os próprios sujeitos.

Outro ponto muito interessante da implementação dessa Lei na Escola neste contexto social, é que várias gerações estão convivendo. A escola hoje traz essa possibilidade de relações diretas e convívio em sala de aula, no mesmo espaço, em tempo real presencial entre idosos, senhores e senhoras, jovens e adolescentes. Isto acontece na Educação de Jovens e Adultos, as experiências são fantásticas. Os conflitos de gerações também fazem crescer as experiências na aplicação e execução da Lei. Enquanto a jovem luta pelo direito de ser negro, o idoso vai sendo conscientizado daquilo que ele não conseguiu e ajuda a viver e ser um número maior de pessoas lutando a favor de um bem comum.

3. Metodologia

Esta pesquisa é de caráter qualitativo e exploratória, em que se precisa compreender as motivações do trabalho desenvolvido. O foco do trabalho não está simplesmente em dados fixos e de quantidades; mas na junção de quantidades e características para um bom resultado. (OLIVEIRA, STRASSBUR e PIFFE, 2017) É um momento de investigar, documentar e enriquecer a pesquisa, pois que outras vozes estão participando, colaborando, analisando o processo de pesquisa (FORTIN,2010).

Com base na entrevista semiestruturada, foi possível organizar as questões a serem conhecidas, e facilitar a análise na tabulação dos dados; bem ainda, otimizar o tempo, conhecer não só o que estava posto, mas compreender o não dito, para melhor desenvolvimento da pesquisa, pois que o pesquisador poderá, no momento da pesquisa, estudar a (s) pessoa (s); explorar processos, aprender sobre o comportamento da cultura dos pesquisados. (FRANCO e DANTAS, 2017)

Para compreender o impacto causado na unidade escolar, após atividades contínuas com temáticas indígenas e africanas; como ainda, na aplicação rotineira do projeto sobre a História e Cultura Afro – brasileira e Indígena foi selecionada uma amostra com vinte e cinco professores das três áreas do conhecimento; cinquenta alunos da quinta série do Ensino Fundamental ao terceiro Ano do Ensino Médio a responderem questões sobre o trabalho realizado na Unidades Escolar. Vera Candau (2016) insiste que a escola precisa ter uma postura reinventiva. Assim, esse momento de pesquisa promove o refletir da comunidade sobre o assunto, para que mude suas práticas.

A implementação da Lei 10.639/2003, alterada pela Lei 11.645/2008 teve início com um trabalho de observação e estudo pelos professores da Unidade Escolar em apreço e de outras localidades (região). Após a compreensão da necessidade de entrar na luta de resistência contra a invisibilidade social, a que a Escola também produz em seu trabalho pedagógico, (LEAL e SANTOS, 2015) o professor Eugênio convidou demais professores para desenvolver um projeto, em que todos pudessem participar: alunos e professores da 5ª série ao 3º ano do Ensino Médio.

Assim, a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias elaborou o projeto de trabalho, dialogando com as demais áreas. À propósito, solicitou da Direção da Unidade Escolar, acrescer no Currículo da Unidade Escolar, a Disciplina Identidade e Cultura (Diversificada) para melhor didatizar o ensino. As disciplinas História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Identidade e Cultura, ficaram responsáveis por desenvolver um trabalho teórico, inicialmente, Estudo de alguns artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos; Exposição e estudo do caminho geográfico feito da África para o Brasil e da localização natural dos povos nativos brasileiros; explanações e debates a respeito de desconstruir a imagem negativa sobre o negro e o índio ao longo da história.

Figura 4- Resultado da desvalorização da cultura indígena no Brasil

Tabela 1 Taxa de mortalidade por suicídio (TMS) entre populações indígenas e não indígenas nas macrorregiões do Brasil de 2006 a 2010

| Macrorregião | Taxa de mortalidade por suicídio (por 100.000) | |
|--------------|--|------------------------|
| | População indígena | População não indígena |
| Centro-oeste | 42,5 | 6,1 |
| Norte | 15,1 | 4,0 |
| Sul | 3,4 | 8,8 |
| Nordeste | 2,1 | 4,4 |
| Sudeste | 4,1 | 4,7 |

Contribuições do negro para a humanidade; as contribuições dos povos indígenas brasileiros para formação do povo brasileiro. Exibição e análise de cenas de filmes relacionados ao tema, de escolha do professor/turma; exibição e análise de documentários; produção de painéis informativos e reflexivos acerca da temática;

Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: A Língua Portuguesa e a Literatura cuidaram do estudo e dinamização do estudo de poemas como Identidade (Pedro Bandeira), Quem sou eu? (Luiz Gama), Navio Negreiro (Castro Alves), entre outros; como ainda, esses professores discutiram os temas, escolhidos pelos alunos; trabalharam a estrutura dos textos que foram produzidos, para participação no Festival. Escrita e reescrita de poemas, músicas. A Disciplina Artes acompanhou as produções artesanais; ensaio de coral, com canções africanas e indígenas, elabora desenhos e símbolos ligados à cultura afroindígena. Além de sugerir e monitorar as produções estético – corpóreas, (GOMES, 2018) promovidas nos desfiles. Um deles recebeu o nome de “Beleza Negra”. A Disciplina de Língua Estrangeira responsabilizou – se em ouvir, analisar, ilustrar músicas africanas e indígenas. As Disciplinas das Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, abordou o conteúdo estatístico disponibilizado pelos movimentos negro no país, em que aparecem dados contundentes sobre o tratamento dado ao negro no Brasil, por longos 500 anos. Bem ainda, entrevistou alunos e professores da Unidade Escolar para se posicionar sobre o trabalho realizado na Escola com a chegada da Lei 11.645/2008.

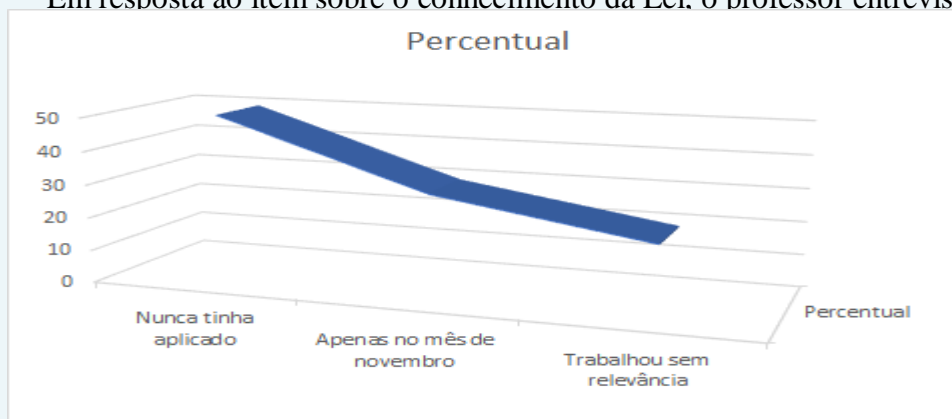
Para compreender o impacto causado na unidade escolar, após atividades contínuas com temáticas indígenas e africanas; como ainda, na aplicação rotineira do projeto sobre a História e Cultura Afro – brasileira e Indígena foi selecionada uma amostra com vinte e cinco professores das três áreas do conhecimento; cinquenta alunos da quinta série do Ensino Fundamental ao terceiro Ano do Ensino Médio a responderem questões sobre o trabalho realizado na Unidades Escolar, sob a ótica do conhecimento sobre a Lei, que desencadeou o projeto de trabalho; qual a mudança sentida pela comunidade após o trabalho; em que esse trabalho impactou nos hábitos da comunidade. Vera Candau (2016) insiste que a escola precisa ter uma postura reinventiva. Assim, esse momento de pesquisa promove o refletir da comunidade sobre o assunto, para que mude suas práticas.

4. Resultados e Discussões

Convergir uma comunidade escolar para estudar, discutir, vivenciar experiências e firmar práticas educacionais de caráter étnico – racial é uma grande conquista, pois há de convir que mais de 500 intensos anos de discriminação e invisibilidade, serão amenizados progressivamente. Hábitos novos precisam ser desenvolvidos, no relacionamento, no uso da linguagem com as pessoas negras e índias.

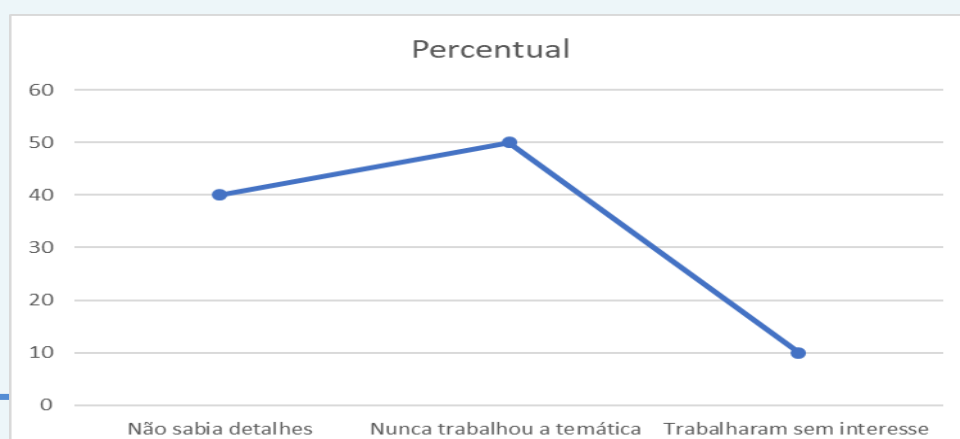
4.1 Influência da abordagem da Lei 11.645/2008 na mudança de hábito da comunidade

Em resposta ao item sobre o conhecimento da Lei, o professor entrevistado informou.



50% dos pesquisados responderam ter conhecimento da Lei, mas nunca tinham apresentado para o aluno em sala de aula; 30% desses profissionais conheciam a Lei, mas tinha trabalhado com o aluno apenas no mês de novembro, por ser mês da Consciência Negra; 20% dos professores envolvidos na pesquisa tinham trabalhado durante uma unidade, pois que outros assuntos precisariam ser abordados.

Quanto ao aluno, ao ser questionado sobre o conhecimento sobre a Lei,



50% dos alunos entrevistados nunca tinham trabalhado com a matemática; 40% tinham ouvido falar sobre a Lei, mas não sabiam detalhes sobre ela; 10% dos estudantes trabalharam com a temática, mas sem muita relevância.

4.2 Impacto na vida da comunidade escolar e na vida particular de cada um

Entretanto, após aplicação do projeto a configuração mudou. Professores responderam que passaram a ver a História e Cultura Afro – brasileira e indígena como parte da vida do Brasileiro. Mais fácil para trabalhar os conteúdos e trazer melhor compreensão para o aluno. Alunos passaram a se interessar mais pelas aulas da área de Humanas, já que muita prática começou a ser aplicada.

O impacto na vida da comunidade escolar e na vida pessoal de cada um também tomou outro rumo. Professores responderam que o ensino ficou mais dinâmico, já que os alunos se interessaram mais pelas aulas. Quanto à influência na vida pessoal, passou a ser integrante da Cultura Afro – indígena. Nessa visão de mundo, todas as demais pessoas passam a ser respeitadas. O policiamento nas atitudes, no relacionamento e na linguagem com os outros, passa a ser um ponto de desafio. Os alunos responderam que passaram a ser mais respeitosos com os outros, pois ao considerar o negro e o índio como pais, que trouxeram a nobre cultura, é preciso ter respeito, saber tratar o outro como pessoas.

5. Conclusões

O sucesso na implementação da Lei 11.645/2008 no Colégio Estadual Sesquicentenário é um modelo a ser imitado por demais comunidades escolares a região, pois é uma prática Pedagógica Decolonial, já que visa fazer emergir sujeitos, vozes, práticas, dantes na obscuridade, relegadas por uma ação dominante do currículo escolar, baseado no modelo eurocêntrico.

Mediante a ação, coragem e dinâmica de um professor guerreiro, que enfrentou forças discriminatórias, valores branqueadores arraigados; pode contar com a colaboração de uma equipe de gestores, esforço de colegas e produção alunos, foi possível materializar a subjetividade da referida Lei, em favor de classes que viviam subalternizadas, representadas por cada aluno, professor, funcionário da comunidade escolar.

Hoje, a comunidade escolar reconhece a necessidade do estudo intercultural para a compreensão da complexidade que é o povo brasileiro, nas cores da pele; nos hábitos diários do jeito de ser pessoa; nas diversas formas de alimentação; na cor e ausência dela, que compõem a vestimenta; os adereços ou ausência deles; as franjas, cortes, power e dreads dos cabelos ou cacheados apenas, mesmo os que preferem mantê-los na lisura. Todos são a mistura de uma África poderosa; tribos com intensa capacidade sensorial e valores ancestrais; como ainda, sonho e capacidade e conquista.

6. Referências

BRAGATO, Fernanda Frizzo. **A lógica da colonialidade e a negação de direitos**. Palestra ministrada durante a segunda etapa do evento "Conversações Interculturais no Sul Global", que se deu nos dias 20 e 21 de novembro de 2014, na Unisinos, em São Leopoldo/RS.

Publicada por: [Núcleo de Direitos Humanos - Unisinos](#) em 22.02.2015

Acesso em: 18.03.2019

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Cotidiano Escolar e Práticas Interculturais**. Cadernos de Pesquisa. V.46, nº 161, jul/set 2016.

Disponíveis em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v46n161/1980-5314-cp-46-161-00802.pdf>

Acesso em: 27.03.2019

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **INTERDISCIPLINARIDADE: Didática e prática de ensino**. São Paulo: Revista Interdisciplinaridade, 2015. Vol 1, nº 6

FORTIN, M.F. O processo de investigação. Loures: Lusociência, 2010.

FRANCO, Maria Vieira Amorim.; DANTAS, Otília Maria A.N.A. **Pesquisa Exploratória: aplicando instrumentos de geração de dados – observação, questionário e entrevista**. IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividades e Educação. VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente. XIII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **O que é Pedagogia Decolonial?** Palestra realizada no II Seminário de formação política do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Culturais, com os Pesquisadores Catherine Walsh e Nilma Lino de Gomes e mediação da Vera Candau.

Transmissão da TV UERJ em 19 de setembro de 2018.

Acesso em: 18.03.2019

LEAL, Leiva de Figueiredo Viana.; SANTOS, Marilza de Oliveira. **A (IN) Visibilidade e a (DES) construção da identidade negra na sala de aula do Ensino Médio**. Minas Gerais: Universidade Federal, 2015.

MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade – o lado mais escuro da modernidade**. Tradução de Marco Oliveira. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vo. 32, nº 94, junho/2017.

_____. **Desafios Decoloniais Hoje**. Foz do Iguaçu: Epistemologias do Sul, 2017.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de.; CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista no Brasil**. Belo Horizonte: Educação em Revista, 2012.

OLIVEIRA, Nilton Marques de.; STRASSBURG, Udo.; PIFFE, Moacir. **Técnicas de Pesquisa Qualitativa: uma abordagem conceitual**. Ciências Sociais Aplicadas em Revista: UNIOESTE/MCR. V.17, nº 32. 1º semestre de 2017.

Disponível em:
[https://www.researchgate.net/publication/318886166 Tecnicas de Pa abordagem conceitual](https://www.researchgate.net/publication/318886166_Tecnicas_de_Pa_abordagem_conceitual)
Acesso em; 27.03.2019

SCHILKE, Ana Lúcia Tarouquella.; ECKHARDT, Fabiana. **Ausências e emergências na formação de professores das classes populares**. Florianópolis, 37ª Reunião Nacional da ANPED, 04 a 08 de outubro de 2015.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um Brasil, muitas Áfricas**. In: Africanos, muito além da escravidão. Brasília: Revista da História da Biblioteca Nacional, MEC, 2014. Coleção PNBE.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Lei Nº 10.639/2003 – 10 anos**. São Carlos: Universidade Federal, 2003.

WALSH, Catherine. **O que é Pedagogia Decolonial?** Palestra realizada no II Seminário de formação política do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Culturais, com os Pesquisadores Catherine Walsh e Nilma Lino de Gomes e mediação da Vera Candau.

Transmissão da TV UERJ em 19 de setembro de 2018.

Acesso em: 18.03.2019

WALSH, Catherine.; OLIVEIRA, Luiz Fernandes.; CANDAU, Vera Maria. **Colonialidade e Pedagogia Decolonial: Para Pensar uma Educação Outra**. Arquivos Arizona University: Analíticos de Políticas Educativas. 23 de julho de 2018. Vol. 26, nº 83.